

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE MULHERES VITIMIZADAS POR VIOLÊNCIA CONJUGAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB

Jackeline Abílio de Souza (1); Ana Tereza de Medeiros (2); Ulisses Umbelino dos Anjos (3)

(1) *Doutoranda em MDS/UFPB, e-mail: jackabilio@yahoo.com.br;* (2) *Professora Doutora do DESPP/UFPB, e-mail: anaterzaprof@gmail.com;* (3) *Professor Doutor do Departamento de estatística/UFPB, e-mail: ulissesanhos@gmail.com*

Resumo

Objetivo: descrever o perfil sociodemográfico de mulheres vitimizadas por violência conjugal no município de João Pessoa – PB. **Metodologia:** trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, cujos dados foram coletados em entrevista com 206 mulheres, maiores de 18 anos, que sofreram violência conjugal e denunciaram a agressão na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do município de João Pessoa – PB, no período de abril a agosto de 2012. **Resultados:** o estudo mostrou uma predominância de mulheres jovens, solteiras, com baixa escolaridade e baixa renda. Os cônjuges das mulheres violentadas também apresentaram-se jovens e solteiros, porém com renda pouco maior do que as das mulheres e com grau de escolaridade mais baixo do que o de suas parceiras. **Discussão:** a condição feminina analisada revelou um contexto social e econômico marcado pela divisão sexual do trabalho que impõe às mulheres uma sobrecarga por precisar exercer atividades mal remuneradas, buscar uma maior escolarização e qualificação e ainda exercer as atividades domésticas. **Conclusões:** a partir da análise da situação social e econômica das mulheres vitimizadas por violência conjugal, o estudo revelou a possível dificuldade enfrentada pelas mulheres na busca pela libertação da situação de violência e de opressão, o que requer qualificação dos profissionais da saúde para saber compreender a condição feminina e saber acionar a rede de apoio às mulheres violentadas.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, Saúde, Gênero.

Introdução

A violência conjugal configura um dos tipos de agressão que mais aflige o sexo feminino dentro do ambiente doméstico, espaço onde também são mantidas relações afetivas e compartilhados projetos de vida entre seus membros (BRASIL, 2003). Esse tipo de agressão envolve qualquer ato violento perpetrado contra a mulher por indivíduo que compartilha com ela uma relação afetiva ou sexual, independentemente de relação estável ou legalizada, podendo ser o atual ou o ex - namorado, marido, companheiro ou amante (BRASIL, 2003).

No interior das relações conjugais, as mulheres expostas à violência chegam a sofrer cotidianamente diferentes tipos de agressões que incluem abuso sexual, agressões físicas, psicológicas e morais, por meio de atos que podem ocasionar desde lesões físicas e agudas até agravos crônicos com repercussões na saúde física, mental e no bem estar social das mulheres violentadas (SOUZA, 2010).

Devido às repercussões à saúde e à vida social da mulher vitimizada por violência e devido ao impacto econômico aos serviços públicos de saúde - causados pela quantidade e auto custo de atendimentos e internações decorrentes dos problemas advindos da

violência -, em meados dos anos 90, a violência contra a mulher foi reconhecida como um problema da área da saúde pública (MINAYO, 2005).

No entanto, apesar dos incentivos promovidos no âmbito de eventos políticos e acadêmicos direcionados ao combate à violência e ao aumento da visibilidade desse problema pela sociedade em geral, parte dos profissionais que fazem parte da área da saúde não está atenta o suficiente para reconhecer e assistir adequadamente às mulheres vitimizadas por violência conjugal (PAULINO, 2014).

Entre as explicações para a situação descrita apontam-se o desconhecimento dos complexos fatores que podem tornar as mulheres vulneráveis à opressão num determinado contexto social, histórico, econômico e cultural, bem como, a incipiente utilização desses conhecimentos como um potente instrumento norteador do processo de trabalho na área da saúde (PAULINO, 2014). Nesse contexto, reitera-se a relevância do tema na referida, visto que esse setor ainda necessita compreender, reconhecer e intervir adequadamente nos casos de violência conjugal.

Visando aprofundar a compreensão dos fatores/condições que permeiam a vida de mulheres violentadas, os documentos internacionais e as pesquisas, que enfocam

esse tema, concordam que a compreensão do fenômeno deve perpassar uma abordagem multifatorial, através da interconexão de explicações de ordem pessoal, social, econômica e cultural, tendo em vista que a complexidade desse fenômeno não permite reduzi-lo a fatores unicausais e definitivos (KRUG et al, 2002; OPAS, 2008). Partindo desse pressuposto, o estudo buscou descrever o perfil sócio demográfico de mulheres vitimizadas por violência conjugal no município de João Pessoa – PB.

Metodologia

O estudo é do tipo observacional e descritivo, com enfoque quantitativo. O local do Estudo correspondeu à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher/DEAM do município de João Pessoa/PB. A população compreendeu mulheres que sofreram violência conjugal recentemente e estiveram presentes na DEAM, por motivo de denúncia da agressão, no período destinado à coleta de dados – compreendido entre abril e agosto de 2012.

O tamanho da amostra do estudo foi obtido por meio do dimensionamento amostral para população finita, descrito pela seguinte equação:

$$n = \frac{Z_{\alpha}^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N-1) + Z_{\alpha}^2 \cdot p \cdot q}$$

Foi considerado $p = q = 0.5$; o valor de erro de 5%; e adotado o nível de confiança de 95%, ou seja, $\alpha = 0.05$. O tamanho populacional N foi obtido nesse estudo por um levantamento prévio realizado pelos pesquisadores, quando foi verificada no ano de 2010 a ocorrência de 734 denúncias de casos de violência doméstica e familiar.

Considerando a dificuldade em extrair uma amostra de uma população que é reconhecida mais facilmente no momento em que a mulher denuncia a ocorrência da violência na DEAM, a seleção da amostra deste estudo foi por conveniência. Desse modo, as participantes foram selecionadas na Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher no período designado à coleta de dados em pelo menos um turno em todos os dias úteis da semana.

Como critérios de inclusão na amostra do estudo, foram selecionadas mulheres que tinham idade superior a 18 anos, que sofreram qualquer tipo de agressão por indivíduo do sexo masculino com quem tenha mantido relações afetivas (parceiro, ex-parceiro, cônjuge, ex-cônjuge, namorado ou ex-namorado), que concordaram em participar do estudo e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Não foram incluídas na amostra, mulheres com idade inferior a 18

anos e/ou mulheres que não concordaram a participar da pesquisa.

O levantamento quantitativo foi realizado utilizando-se um questionário contendo 42 questões objetivas referentes às participantes do estudo e a seus companheiros mais recentes. As variáveis levantadas compreenderam a dimensão pessoal - como idade, número de filhos, uso de álcool e drogas, violência anterior, violência familiar, violência na infância e tempo de relação conjugal -, a dimensão econômica como a renda; e a dimensão social como a raça, o estado civil, a escolaridade, a profissão, a religião.

A fase da coleta de dados iniciou pela aproximação da pesquisadora aos profissionais da DEAM, precedida da autorização da Delegada Geral da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba e das Delegadas em exercício na DEAM do município de João Pessoa-PB. As mulheres vitimizadas por violência conjugal foram convidadas a participar do estudo e, após concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - para atender à determinação da Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde - foi iniciada a coleta de dados por meio das entrevistas e da aplicação do questionário. Salienta-se que a entrevista

foi realizada em espaço reservado por uma única entrevistadora (BRASIL, 2012).

Após o período de coleta de dados, os dados foram digitados em planilha Excel e as informações foram novamente checadas quanto a possíveis erros ou inconsistências no preenchimento ou na digitação dos dados, que, em seguida, foram categorizados - exceto as variáveis idade, tempo de relação e número de filhos. Cada variável foi representada por uma abreviação, como demonstram as tabelas na sessão de resultados. Vale ressaltar que a categoria solteiro(a) incluiu mulheres ou homens em união estável não legalizada, e a variável raça/cor foi autorreferida. Finalizada a categorização, procedemos à descrição dos dados, obtendo as frequências absolutas e relativas de cada categoria.

A pesquisadora foi contemplada com bolsa concebida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES. Essa pesquisa trata-se da continuidade de um estudo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso em 2010 com o título “A violência doméstica sob a ótica de mulheres que a sofre”, cujo projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Hospital Universitário Lauro Wanderley – H.U.L.W. (protocolo 431/09).

Resultados

Neste estudo, foram realizadas 206 entrevistas com mulheres que sofreram violência conjugal. Na descrição dos dados referentes às respostas das participantes do estudo, a idade das mulheres oscilou de 18 a 80 anos, com uma média de idade de 33,74 anos (Tabela 1). Quanto aos parceiros, a faixa da idade oscilou de 19 a 80 anos, com uma média de idade de 37,97 anos.

Observando a variável raça/cor, mais da metade (49,03%) das mulheres entrevistadas declararam-se ser da cor branca, 38,35% consideraram-se da cor parda e pouco mais de 12% afirmaram ser da cor preta. No entanto, a proporção das mulheres da cor parda somada à proporção das mulheres da cor preta é um pouco maior do que a proporção de mulheres da cor branca. A variável raça/cor, no que diz respeito aos homens, não foi considerada nesse estudo (Tabelas 2 e 3).

Quanto ao estado civil, as maiores proporções foram de mulheres solteiras (59,71%) e casadas (23,30%) vitimizadas por violência conjugal, sendo que a proporção das primeiras chega a ser mais do que o dobro da proporção das segundas. Os autores da violência também eram, majoritariamente, solteiros (54,85%) ou casados (28,16%). Vale ressaltar que, em ambos os casos, a menor proporção de mulheres vitimizadas de

agressão pelo parceiro íntimo foi de viúvas (1,94%) ou de mulheres separadas (3,40%) (Tabelas 2 e 3).

Tabela 1 - Variáveis contínuas relacionadas às mulheres que sofreram violência conjugal (N=206), no município de João Pessoa, de abril a agosto de 2012

Variáveis Contínuas	Média
Idade da Mulher (IDM)	33,74
Número de Filhos da mulher (FILM)	1,95
Tempo de relação (em anos) do casal (TEM)	9,75
Idade do Homem (IDH)	37,97
Número de Filhos do homem (FILH)	1,37
Número de Filhos extraconjugais do homem (FILH2)	1,05

(1) Número total de mulheres que sofreram ou não violência conjugal e que foram incluídas no estudo.

(2) Número absoluto das mulheres que sofreram violência conjugal.

Quando analisado o grau de escolaridade da população em estudo, a maioria das mulheres tinha o ensino médio completo ou incompleto (48,11%), e quantidade também considerável tinha apenas o ensino fundamental completo ou incompleto (30,24%).

Essas proporções foram semelhantes às apresentadas pelos homens que violentaram suas parceiras. No entanto, observa-se uma maior frequência dos níveis de instruções mais baixos entre os homens, enquanto as mulheres apresentaram maiores frequências

dos níveis de escolaridade mais elevado, como ensino superior completo/incompleto.

No que tange à esse nível de escolaridade, observou-se uma maior proporção de mulheres vitimizadas por agressão (17,48%) com ensino superior completo/incompleto em relação aos seus próprios parceiros (14,56%), que, por outro lado, apresentaram uma maior proporção de analfabetos (10,68%), quando comparado às suas parceiras (4,85%) (Tabelas 2 e 3).

Com relação à ocupação, a maior parte das mulheres vitimizadas por violência exercia no momento da entrevista alguma atividade remunerada (71,36%). Em proporções reduzidas, havia mulheres que estavam desempregadas (20,87%), estudando (6,31%) ou recebendo pensão ou aposentadoria (1,46%), o mesmo ocorrendo com os seus parceiros. No entanto, a proporção de mulheres desempregadas foi maior do que a dos homens (6,31%), assim como, o número de estudantes masculinos (1,94%) foi menor do que o número de estudantes femininas (6,31%) (Tabelas 2 e 3).

Em consonância com a ocupação das participantes do estudo, a maioria da população (44,67%) recebia entre meio a um salário mínimo e meio. Aquela proporção foi superior entre as mulheres do que entre os homens (39,18%).

Tabela 2 - Frequência relativa e absoluta das categorias relacionadas a mulheres que sofreram violência conjugal (N=206), no município de João Pessoa, de abril a agosto de 2012

Variáveis	Categorias	(2) N=206	
		(3)n	(4)%
(5) Raça (RACM)	1 Branca	101	49,03
	2 Parda	79	38,35
	3 Preta	25	12,14
	4 Indígena	1	0,49
(5) Estado civil (ESTM)	1 Solteira	123	59,71
	2 Casada	48	23,30
	3 Divorciada	24	11,65
	4 Viúva	4	1,94
	5 Separada	7	3,40
(5) Escolaridade (ESCM)	1 E. Superior Completo/Incompleto	36	17,48
	3 E. Médio Completo/Incompleto	95	46,12
	4 E. Fundamental Completo/Incompleto	65	31,55
	5 Analfabeto ou Alfabetizado	10	4,85
	6 Pós-graduação ou não sabe	-	-
	(5) Profissão (PROM)	1 Desempregado	43
2 Estudante		13	06,31
3 Atividade remunerada		147	71,36
4 Aposentado/Pensionista		3	01,46
(5) Renda (RENM)	1 < ½ salário mínimo	64	31,07
	2 ½ a 1 ½ salários mínimo	101	49,03
	3 1 ½ a 2 ½ salários mínimo	22	10,68
	4 2 ½ a 3 ½ salários mínimo	8	3,88
	5 > 3 ½ salários mínimo	11	5,34
(5) Religião (RELM)	1 Católica	100	48,54
	2 Evangélica	4	1,94
	3 Nenhuma	96	46,60
	4 Outras	6	2,91
(5) Violência na família (FAM)	1 Presenciou violência na família	92	44,66
	2 Não presenciou violência na família	114	55,34
(5) Violência anterior (ANT)	1 Sofreu violência anteriormente	163	79,13
	2 Não sofreu violência anteriormente	43	20,87

Nota: A enumeração de 1 a 5 antecedendo as categorias das respectivas variáveis representa a codificação dessas categorias no estudo.

Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

(1) Número total de mulheres que sofreram ou não violência conjugal e que foram incluídas no estudo. (2) Número absoluto de mulheres que sofreram violência conjugal. (3) Frequência absoluta n. (4) Frequência relativa %. (5) Variáveis, e as respectivas abreviações (RACM, ESTM, ESCM, PROM, RENM, RELM, FAM, ANT), relacionadas ao sexo feminino.

Tabela 3 - Frequência relativa e absoluta das categorias relacionadas aos cônjuges de mulheres que sofreram violência conjugal (N=206), no município de João Pessoa, de abril a agosto de 2012

Variáveis	Categorias	(2) N=206	
		(3)n	(4)%
(5) Estado civil (ESTH)	1 Solteiro	113	54,85
	2 Casado	58	28,16
	3 Divorciado	26	12,62
	4 Viúvo	2	0,97
	5 Separado	7	3,40
(5) Escolaridade (ESCH)	1 E. Superior completo/ incompleto	30	14,56
	2 E. Médio completo/incompleto	81	39,32
	3 E. Fundamental completo/incompleto	70	33,98
	4 Analfabeto ou Alfabetizado	22	10,68
	5 Pós-graduação ou não sabe	3	1,46
(5) Profissão (PROH)	1 Desempregado	13	6,31
	2 Estudante	4	1,94
	3 Atividade remunerada	182	88,35
	4 Aposentado/Pensionista	7	3,40
(5) Renda (RENH)	1 < ½ salário mínimo	25	12,14
	2 ½ a 1 ½ salários mínimo	83	40,29
	3 1 ½ a 2 ½ salários mínimo	48	23,30
	4 2 ½ a 3 ½ salários mínimo	13	6,31
	5 > 3 ½ salários mínimo	27	13,11
	6 Não informou	10	4,85
(5) Religião (RELH)	1 Católica	84	40,78
	2 Evangélica	41	19,90
	3 Nenhuma	59	28,64
	4 Não sabe e Outras	22	10,68
(5) Uso de drogas (DROGA)	1 Faz uso de drogas ilícitas	18	8,74
	2 Não faz uso de drogas ilícitas	176	85,44
	3 Não Sabe	12	5,83
(5) Uso de álcool (ALCOOL)	1 Faz uso de álcool	100	48,54
	2 Não faz uso de álcool	106	51,45
(5) Violência na família (FAMH)	1 Tem história de violência na família	94	45,63
	2 Não tem história de violência	61	29,61
	3 Não sabe	51	24,75
(5) Violência na infância (INF)	1 Sofreu violência na infância	54	26,21
	2 Não sofreu violência	77	37,38
	3 Não sabe	75	36,41

Nota: A enumeração de 1 a 5 antecedendo as categorias das respectivas variáveis representa a codificação dessas categorias no estudo.

(1) Número total de mulheres que sofreram ou não violência conjugal e que foram incluídas no estudo. (2) Número absoluto de mulheres que sofreram violência conjugal e participaram do estudo. (3) Frequência absoluta n. (4) Frequência relativa %. (5) Variáveis, e as respectivas abreviações (ESTH, ESCH, PROH, RENH, RELH, DROGA, ALCOOL, FAMH, INF), relacionadas ao sexo masculino.

Além disso, houve uma maior proporção de mulheres vitimizadas pela violência, com renda menor que metade de um salário mínimo (31,07%), quando comparada aos praticantes da agressão (12,14%). Estes tiveram uma maior representatividade de indivíduos com os maiores rendimentos (13,11%). A categoria “não sabe” é maior entre os homens, pois muitas das mulheres entrevistadas não souberam informar a renda do parceiro (Tabelas 2 e 3).

A religião predominante, em toda a população feminina do estudo, foi a católica (49,823%) e, em valores próximos, estiveram as mulheres que afirmaram não ter religião (44,33%). O mesmo ocorreu com os parceiros das mulheres entrevistadas (Tabelas 2 e 3).

Quando questionado sobre a ocorrência da violência na família das mulheres vítimas de agressão, a proporção de participantes que afirmaram ter presenciado membro familiar sendo violentado foi de 44,66%, já a proporção de mulheres que não tem história de agressão familiar foi de 55,34%. O mesmo ocorre com relação à figura masculina, porém, em proporções maiores. No entanto, entre as mulheres violentadas, a maioria (79,13%) tinha sofrido agressão anterior. Quanto aos praticantes da violência, 26,21% tinham história de agressão na infância (Tabelas 2 e 3).

Nos aspectos referentes à relação entre a mulher e o agressor, observou-se que o tempo de relação entre o casal variou de 30 dias a 40 anos. O número de filhos variou de 0 a 9 (média de 1,94) na população feminina, e de 0 a 15 filhos (média de 1,43) na população masculina. Em 48,54% das relações conjugais violentas o uso de álcool pelo parceiro estava presente, entretanto, 85,44% das mulheres desconheciam o uso de algum tipo de droga ilícita pelo parceiro (Tabelas 2 e 3).

Discussão

Conforme observado nos resultados do estudo, as mulheres vitimizadas por violência conjugal são majoritariamente jovens, que encontram-se em estado civil solteira e com um baixo nível de escolaridade, apesar desta variável se mostrar mais elevada entre as mulheres do que entre os seus cônjuges. Sobre a variável profissão, o estudo mostra que as mulheres exercem menos atividades remuneradas do que seus parceiros, mas se envolvem nos estudos em número um pouco maior que os cônjuges, o que pode ter refletido num maior grau de escolaridade feminino. Desse modo, tem-se uma população vitimizada por violência com um nível de escolaridade pouco maior que o nível de escolaridade dos autores da agressão, mas

com uma participação menor no mercado de trabalho.

Quando analisada a variável renda, o estudo mostra que a maioria das mulheres que encontra-se em alguma atividade remunerada apresenta menos que um salário mínimo e meio, condição numericamente superior à dos agressores. O estudo também mostra que os cônjuges possuem uma proporção maior de rendas com valores superiores a um salário mínimo e meio, quando comparadas às rendas das mulheres, chegando a mais que o dobro de diferença. Estas situações de maior nível de escolaridade, em contrapartida a piores remunerações e participação no mercado de trabalho revela o impacto da divisão sexual do trabalho como fator relevante na vida de mulheres que sofrem violência conjugal.

A divisão sexual do trabalho foi fortemente reproduzida no capitalismo pela sociedade burguesa desde o início de sua formação. Com o auxílio das explicações positivistas, o modo de produção baseado no capital desenvolveu-se a partir da expansão dos comércios locais para uma escala mundial, sendo intensificado principalmente com o acontecimento da Revolução Industrial nos anos de 1776 a 1830 (LESSA; TONET, 2008).

Ao tempo em que se organizava a classe da burguesia, que acumulava riquezas advindas do aumento da produção e da

comercialização, também se formava a classe do proletariado, trabalhador assalariado ou operário, a quem cabia empregar sua força de trabalho ao enriquecimento daquela parcela da população. Aquele período, portanto, foi caracterizado por um aumento da produção, pela divisão social do trabalho e pela divisão de classes (burguesia e proletariado) (LESSA; TONET, 2008). A partir desses eventos históricos, a sociedade estruturou-se em um enorme mercado, produzindo, vendendo e comprando inclusive a mão de obra humana.

Regida pelas leis capitalistas, a nova forma de relação entre os homens passou a ser baseada na mercadoria, tendo, de um lado, o enriquecimento da classe que vende o produto e, do outro, a expansão da miséria na classe que troca sua força de trabalho por salários incompatíveis com a totalidade das necessidades humanas. A manutenção dessa forma de organização - que se instrumentalizou da exploração da coletividade para obter o acúmulo privado de riquezas - foi justificada pelo individualismo inerente à natureza humana (LESSA; TONET, 2008).

Tendo em vista as consequências que o favorecimento de uma classe específica pode acarretar para os menos favorecidos, estes são convencidos que a situação na qual vivem é o resultado da expressão de uma natureza humana individualista, imutável (LESSA;

TONET, 2008). Por um processo de reprodução social os comportamentos naturalmente delineados são absorvidos pela sociedade e são generalizados em modelos universais nas formas de leis, costumes e regras sociais - disseminadas nas escolas, nos meios de comunicação, nas universidades, na política e em instituições como o Estado e o Direito -, a fim de manter o controle sobre o destino da população e impossibilitar os indivíduos a mudarem a sua própria história (LESSA; TONET, 2008).

Situada no interior da concepção essencialista, a abordagem teórica do patriarcado empenha-se em explicar a relação entre mulheres e homens baseada nas diferenças físicas naturalmente herdadas, determinando comportamentos e papéis sociais antagônicos para ambos os sexos (SCOTT, 1995). Fundamentada na condição natural feminina de gerar e parir, as explicações biologicistas que determinam diferenças entre as práticas sociais masculinas e femininas responsabilizam as mulheres pelas atividades relacionadas ao ato de cuidar (GOMES; MINAYO; SILVA, 2005) – o cuidar dos (as) filhos (as), do companheiro e dos familiares - como o principal papel desempenhado pela mulher na sociedade burguesa. O *lócus*, destinado à execução daquela atribuição, é o espaço doméstico, onde também estão limitadas a intimidade e a

subjetividade feminina (GUEDES; DAROS, 2009).

Na visão conservadora, a mulher é reconhecida como um ser passivo na relação com o homem e nas decisões relacionadas ao mundo público (OLIVEIRA; SOUZA, 2006), enquanto que, no espaço privado, as atribuições femininas estão relacionadas à manutenção da harmonia da casa, da moral e das relações afetivas entre os membros da família (FARIA; NOBRE, 1997 apud GUEDES; DAROS, 2009). Tais responsabilidades tornaram-se práticas prioritárias do cotidiano das mulheres, sobrepondo-se aos projetos pessoais e afastando a possibilidade de outras realizações, como a busca pela autonomia financeira.

O modelo ideal atribuído ao homem relaciona-se às características como a heterossexualidade, a racionalidade e a agressividade, características que favorecem sua atuação nas decisões da esfera pública, espaço onde ele pode exercer poder e autoridade (SILVA, 2006). Desse modo, o modelo de relação familiar patriarcal conferiu às mulheres uma atuação restrita ao espaço doméstico, revelando-se como uma desigualdade de papéis que desvaloriza a atuação feminina e privilegia a condição masculina, tanto no mundo público quanto no seio da família (SOUZA, 2010). A

desvalorização feminina e as demandas econômicas do capitalismo produziram a divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres submeteram-se a uma mão de obra muito barata (SOUZA, 2010).

As características capitalistas do novo modelo econômico encontraram na desvalorização da mão-de-obra feminina (mais barata do que a masculina), a conformação para sua instalação no trabalho urbano (GOMES et al, 2007). Ao mesmo tempo, o advento dos métodos de contracepção, como a pílula anticoncepcional, e as quedas na taxa de fecundidade proporcionaram às mulheres um aumento no acesso as escolas, universidades e postos de trabalho no mundo público. A possibilidade de controlar o número de gestações contribuiu também para o diferenciamento entre a sexualidade e a reprodução (MELO, 2005).

Apesar da participação de muitas mulheres na provisão econômica da família, não lhes foram amenizadas suas obrigações domésticas, fazendo-as viverem sob tensões muito fortes decorrentes das múltiplas responsabilidades a elas atribuídas (MELO, 2005). Além disso, seu trabalho passou a ser visto como complementar aos rendimentos masculinos, portanto, de menor valor. A determinação biológica para explicar a divisão sexual do trabalho impôs as mulheres

subempregos, sem garantias trabalhistas, sem cargos de chefia e salários miseráveis.

Conclusões

O estudo mostrou a condição social e econômica vivenciada por mulheres vitimizadas por violência conjugal. As participantes encontravam-se, durante o estudo, numa faixa etária favorável ao mercado de trabalho, tinham um nível de escolarização e qualificação melhor do que o de seus parceiros, porém, ainda sofriam o impacto da divisão sexual do trabalho, sendo subjugadas à trabalhos mal remunerados e às responsabilidades com estudos e obrigações domésticas.

A posição desfavorável no mercado de trabalho e a sobrecarga com as obrigações do lar podem dificultar a busca pela independência financeira em relação aos parceiros agressores e a busca pela libertação de situações opressoras no espaço doméstico.

Diante do exposto, ressalta-se a relevância deste estudo para profissionais da área da saúde, que precisam estar atentos ao contexto de vida das mulheres que sofrem violência e recorrem aos serviços de saúde para o tratamento das consequências físicas das agressões. Além de saber cuidar da mulher violentada, os profissionais precisam

saber acionar a rede de apoio a estas mulheres.

Referências

- 1 BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. *Resolução CNS n° 466*, de 12 de dezembro de 2012: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo. Brasília (DF): MS; 2012.
- 2 BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas*. Brasília, 2003.
- 3 GOMES, N. P. et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 504-8, out./dez. 2007.
- 4 GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, C. F. R. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília, 2005. Cap.04.
- 5 GUEDES, S. O; DAROS, M. A. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 12, n.1, p. 122-134, jul./dez. 2009.
- 6 KRUG, E. G. et al., eds. *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization, 2002. 54 p.
- 7 LESSA, S.; TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- 8 MELO, H. P. Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). *Gênero e pobreza no Brasil: relatório final do projeto governabilidade democrática de gênero em américa latina y el caribe*. Brasília, 2005.
- 9 MINAYO, M. C. S. Violência: um Velho-Novo Desafio para a Atenção à Saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p.55-63, jan./abr. 2005.
- 10 OLIVEIRA, D. C.; SOUZA, L. Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 2, p.34-50, maio 2006.
- 11 ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/OPAS. *Relatório Final*. 48º conselho diretor, 60ª sessão do comitê regional. Washington, 2008. 39 p.
- 12 PAULINO, J.B., LUCENA, K.D.T de; SILVA, A.T.M.C. da et al. A realidade assistencial oferecida à mulher em situação de violência doméstica. *Rev enferm UFPE on line.*, Recife, v.8, n.9, p.2975-82, set., 2014.
- 13 SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, ju./dez.1995.
- 14 SILVA, S. G. A crise da Masculinidade: Uma Crítica à Identidade de Gênero e à Literatura Masculinista. *Psicologia Ciência e Profissão*, Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p.118-131, maio 2006.
- 15 SOUZA, J. A. *A violência doméstica sob a ótica de mulheres que a sofre*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.